

A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra.

ANA RITA FONTELES DUARTE*¹

A ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluíam-se, na lista, estudantes, sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” de desestabilização da ordem. A segurança interna tinha-se como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças.

As forças militares foram, nesse contexto, dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população e os aparelhos de segurança e informações agiam de forma preferencialmente violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos. Todos eram suspeitos até prova do contrário². A ação faz apontar o caráter da ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”³, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância.

Como em outras “guerras totais”, as forças promotoras da ditadura brasileira mobilizaram pessoas para apoio à causa, pelas identidades de gênero⁴, ainda antes da

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Essa comunicação é recorte de pesquisa intitulada Homens e Mulheres contra o Inimigo: as mobilizações do gênero pela ditadura militar no Brasil (1964-1985), financiada pelo CNPq e Funcap.

² ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 38.

³ Essa configuração é defendida por autores como BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p.28 e PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 147.

⁴ Partilho do conceito de identidade não como algo fixo e imutável, ligado à essência do sujeito, mas como ponto de encontro entre discursos e práticas que tentam nos interpelar, falar ou convocar para assumir lugares como sujeitos sociais, em discursos determinados, e processos que produzem subjetividades, que nos constroem como

consumação do Golpe, em 31 de março de 1964. Embora pouco explorado pelas pesquisas históricas brasileiras, é possível perceber índices de arregimentação e mobilização específicas.

Mas num regime caracterizado como de guerra total, a existência desses grupos não bastaria para exercer um trabalho de contra-ofensiva que envolvesse a população em geral. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sobre a qual se construíram as linhas de ação ditatoriais defendia que os antagonismos e pressões externas ou internas provocados pelo “inimigo” poderiam assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militares) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania)⁵.

Nesse sentido, a degradação moral era vista pela Doutrina como uma das armas usadas pelos comunistas para desagregar a sociedade tornando-a campo fértil para a disseminação de suas ideias. Não só o ideário golpista, mas os governos militares alimentavam-se nesse aspecto de elementos do imaginário anticomunista brasileiro disseminado a partir da segunda década do século XX⁶ que via nas ideias comunistas, entre outras coisas, um risco para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar. Documentos produzidos por serviços de informações da ditadura, analisados por Fico⁷, atribuíam ao suposto Movimento Comunista Internacional (MCI) tentativas de propagar-se através do incentivo ao uso de drogas e da valorização da idéia do “amor livre”.

Para combater essas pressões seria necessário lançar mão, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, de gestões junto às instituições da sociedade civil como a família,

sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são assim pontos de apego, de caráter temporário, posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas para nós. HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000, p.111-112. O gênero, como categoria de análise, neste projeto, é compreendido como construção cultural que estabelece diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas destes. CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L’Ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p.104.

⁵ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 40-45.

⁶MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

⁷FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p. 180.

escolas e universidades, meios de comunicação de massa, sindicatos, Igreja, empresas privadas, etc.

É importante salientar que o contexto histórico em que se defendem essas intervenções é de transformação das relações e identidades de gênero tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas. O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado nos anos 1960 e 1970 trouxe consequências diretas para a família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência. A entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento.

Consideradas subversivas, inadequadas pelo regime ditatorial e por parcelas da população, como fica explicitado nas mobilizações pró-Golpe ou mesmo nas manifestações de apoio à censura governamental, as mudanças comportamentais e identitárias deveriam ser enfrentadas através de uma “estratégia psicossocial” ainda pouco analisada historicamente. É possível identificar alguns elementos esparsos da ação ditatorial no que diz respeito ao combate do que seriam essas ameaças representadas por “maus comportamentos” de homens e mulheres em suas condutas morais e sexuais⁸.

De acordo com Rezende⁹ o regime ditatorial implantado em 1964, no Brasil, articulou via movimento militar a formulação de um sistema de valores de suposta “intenção democratizante” que deveria permear todas as ações postas em prática. A busca pelo reconhecimento de suas ações passava por uma disposição para proteger e desenvolver valores relacionados à família, à escola, a propriedade, entre outros.

⁸ Foucault chama a atenção para a necessidade de atentarmos para a multiplicação de discursos sobre o sexo no próprio campo de exercício de poder e os sentidos da incitação institucional a falar do sexo cada vez mais. Muito mais que as interdições e censuras é necessário, segundo ele, investigar o dispositivo de produção de sexualidade, como verdade do sexo e de seus prazeres. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p.22.

⁹ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil – repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Editora Uel, 2001, p. 38.

É nesse sentido que procuramos entender a estratégia de mobilização nacional também como uma mobilização de identidades de gênero a fim de estruturar e legitimar o regime militar. A Escola Superior de Guerra, criada em 1949, no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis.

A Doutrina de Segurança Nacional pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em manuais e textos complementares, além de artigos publicados nas revistas *A Defesa Nacional* e *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg)*, além de monografias produzidas pelos alunos e estagiários da ESG. De acordo com Koch (1999), a sistematização e explicitação de conceitos baseados fortemente na ciência política fazia parte de método de trabalho adotado pela Escola, com base nos princípios da Didática de Nível Superior e da Lógica Formal.

O método de formação de seus egressos, profundamente influenciado pelo pensamento do General Golbery do Couto e Silva, um dos elaboradores da Doutrina, consistia na apreensão e assimilação da doutrina através de “estudos e pesquisas sócio-individualizados”, por meio de trabalhos de equipe onde os alunos “fixavam” os conceitos em discussão dirigida, simpósio e trabalho de grupo para aprofundamento de aspectos da Doutrina e do método. No simpósio era realizado o aprofundamento de aspectos da Doutrina e do Método, enquanto o Trabalho de Grupo tinha como objetivo a solução de um problema ou formação de um juízo de valor sobre determinado assunto.

A utilização desse método, com fins de elaborar conceitos doutrinários para “homogeneizar conhecimentos e estabelecer um entendimento comum sobre pontos considerados essenciais”, de acordo com um dos elaboradores do pensamento da ESG, A. de Arruda, passou a ser realizado a partir da segunda fase de atividades da Escola (1953-1967). O aprofundamento dos estudos e realização de trabalhos em grupo permitia ainda que a Doutrina fosse incorporada, mas ao mesmo tempo estivesse em sintonia com a conjuntura política nacional, integrando novos temas que compunham o debate e as lutas políticas nacionais às suas formulações anteriores. Os estudos tinham caráter eminentemente

estratégicos, na medida em que serviam para nortear ações e traçar planejamentos por parte dos estagiários da Escola preparados para a gestão e planejamento seja nas esferas militar ou civil.

Os manuais da ESG, tornados lugares de referência para a apreensão da DSN e os estudos monográficos¹⁰ elaborados por grupos de alunos da Escola, fornecem elementos para pensar o lugar que as relações de gênero expressas através de normas de conduta, análises comportamentais e posicionamentos diante de transformações culturais, têm na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como estas preocupações foram sendo transformadas com o tempo, a partir de novas demandas e transformações sociais.

As possíveis mobilizações de gênero, na forma que pretendemos analisá-las, realizadas pela DSN estão mais fortemente concentradas no que se conceitua na Doutrina como “estratégias psicossociais”, uma das expressões do poder nacional, ao lado das expressões política, econômica e militar. Estudar a expressão psicossocial do Poder Nacional, de acordo com o Manual Básico da ESG:

“(…) seria basicamente estudar o homem, “penetrar a sua essência e a sua transcendência, desvendar-lhe o universo axiológico, prescrutar-lhe as aspirações, identificar suas realizações, as transformações que promove, examinar o relacionamento que estabelece com seu semelhante e com o meio ambiente que o cerca, analisar a contribuição que dá para a construção de seu futuro pessoal e dos grupos de que faz parte e para a construção do destino desse grupo mais abrangente denominado sociedade” (MANUAL BÁSICO, 1986, p.84)

As bases do Poder Nacional dentro dessa expressão psicossocial seriam a pessoa humana, o meio ambiente e as instituições sociais. Os valores que embasam os deveres a serem desenvolvidos em relação a esses três aspectos carregam forte sentido religioso, com conotação cristã. Encíclicas papais são citadas como formas de fortalecer argumentos. A

¹⁰ A Biblioteca General Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro reúne manuais, revistas e diversas monografias elaboradas pelos alunos da ESG. Os trabalhos coletivos eram elaborados a partir de um tema na forma de relatório. Um relator é indicado nas monografias. A composição das equipes deixa explicitada o lugar social dos alunos, diferenciando-os em posições civis ou militares com as respectivas referências profissionais.

presença de diretrizes para o que seriam hoje consideradas relações de gênero pode ser mais claramente perscrutadas no que tange ao papel desempenhado pelas instituições sociais em seu caráter de ordenamento considerado pela Doutrina como imprescindível para a vida social.

“O conhecimento das características estruturais e do funcionamento das instituições sociais mais significativas de uma nação é indispensável à compreensão da forma como atua seu Poder Nacional. Esses aspectos conquanto abrangentes, ficarão incompletos se não se levarem em conta os valores do grupo” (Manual Básico, 1986: p.88).

O fortalecimento, estabilização e aperfeiçoamento de instituições sociais fortaleceriam o poder nacional de acordo com a Doutrina da Escola Superior de Guerra. A dinâmica familiar é considerada fator da expressão psicossocial, apesar de se reconhecerem mudanças que estariam ocorrendo nesta instituição:

“Dentre as inúmeras mudanças que ocorreram na família, destacam-se as do sistema de papéis e, em decorrência, as do conjunto de direitos e deveres de cada um de seus membros. O diálogo espontâneo entre pais e filhos, entre cônjuges e entre irmãos, vai crescendo em importância facilitando os relacionamentos através da participação e do companherismo, acelerando o processo de maturidade. O diálogo aparece também como substitutivo de todo um sistema de autoritarismo e intolerância dos pais e, através dele, em vez de imposição de vontades e de pontos de vista intransigentes, transmitem-se e cotejam-se experiências” (Manual Básico, 1986: p.89)

Para preparar a mobilização, de acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que através comunicação social conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que “conscientizassem” sobre a importância das necessidades da nação. Sendo assim, os estudos realizados por grupos de alunos a partir da Doutrina e de sua sistematização evidenciam a incorporação de temas considerados relevantes para embasar a ação no campo psicossocial. “Não se pode estudar a realidade nacional e proceder a um adequado planejamento para uma nação, sem uma prévia análise do caráter de seu povo (DOCTRINA BÁSICA, 1979: p.150).

Para isso lança-se mão da observação da população em sua dinâmica, através de estudos demográficos. Coloca-se como importante o estudo acurado das instituições vigentes na sociedade como as familiares, educacionais, culturais, religiosas, assistenciais, trabalhistas.

A Expressão Psicossocial seria garantida pelo pleno funcionamento dos órgãos da expressão psicossocial. Estes últimos são definidos pela DSN como “estruturas sociais ordenadas” cuja finalidade é por em prática o que está estabelecido nas instituições familiares, educacionais, culturais, religiosas, assistenciais, trabalhistas, etc. O Lar é apontado como a estrutura onde se exercita a convivência familiar para realizar o que seriam as funções “essenciais” da família: a função procriativa, a educativa, a econômica e a afetiva.

O lar, a família, a juventude, a moral e a religião são temas constantes nos trabalhos monográficos e relatórios produzidos pelos estagiários da Escola, através da Divisão de Estudos, e nos dão uma dimensão da articulação da Doutrina com a conjuntura social e política, revelando pontos de vista explicativos e sugestões de ação, a fim de garantir a Segurança Nacional.

Em relatório produzido em 1975 sobre a questão da família, afirma-se a importância da instituição para o estímulo ao cultivo de virtudes de crianças e jovens, abordando o tema do divórcio. Este tema entrou na pauta de maneira intensificada desde a segunda metade dos anos 1960, em debates na imprensa e no Congresso Nacional. Até a aprovação da Lei do Divórcio, em junho de 1977, só existia o desquite como saída para os casamentos sem sucesso no país. A situação de desquitados e desquitadas era tema constante de enquetes e artigos e tornou-se bandeira do recém-organizado movimento feminista no Brasil na segunda metade dos anos 1970, alimentando escritos como os da jornalista Carmen da Silva, ícone da modernização dos costumes, na revista Claudia, que chamava a atenção para o maior impacto para a vida das mulheres pela ausência da Lei, uma vez que estas tornavam-se alvos de preconceito por sua decisão de finalizarem com o casamento ainda visto como única forma de realização das mulheres e ficavam, assim como os homens, impossibilitadas legalmente de realizarem nova união se assim o desejassem.

Para o relatório produzido por equipe formada por dois estagiários e um professor relator, a campanha pelo divórcio era considerada “tenaz” e “sem escrúpulos”, imputando à

decisão de finalizar o casamento a responsabilidade pela “desorganização da família”, um ato comparável à “eutanásia”. A argumentação centra-se na perspectiva de prejuízo ao desenvolvimento dos filhos, desprezando a realização individual dos cônjuges, análise só possível de ser entendida diante da compreensão da Segurança Nacional a partir da realização harmoniosa de funções das instituições sociais.

“A felicidade no casamento não implica na ausência de sofrimento e até requer dos cônjuges muita capacidade de sacrifício. É preciso que eles saibam sofrer para poderem ser felizes, e só o serão desde que, das contradições encontradas na vida conjugal, se sirvam não para poder criar uma hostilidade recíproca, mas para purificar e fortalecer o seu amor. O casamento não é para o amor, mas o amor é para o casamento. Este foi instituído para a transmissão da vida, e uma lei providencial suaviza os deveres decorrentes desse estado, pelo sentimento do amor. A função do casamento transcende, pois, a esfera da estreita satisfação dos cônjuges, e interessa o bem da humanidade” (Relatório do Grupo do Tema 25 . Campo Psicossocial – A Família. 1975: p.11)

O relatório procura, ainda, diagnosticar o que seriam tendências para família brasileira na próxima década a partir de uma análise da conjuntura em que as transformações, principalmente as protagonizadas pela juventude, são afirmadas como ameaça a modelos tradicionais. As preocupações manifestadas pelos estagiários da Escola Superior de Guerra, sob a orientação de seus mestres, refere-se a um momento em que a juventude emerge como força renovadora e transformadora em vários campos.

Na esfera política eram os jovens que protagonizavam a resistência à ditadura militar, com seu inconformismo e rebeldia, arriscando-se na militância em organizações clandestinas, nas passeatas do movimento estudantil e até mesmo na luta armada. Eram os jovens os principais responsáveis pela renovação criativa, no campo cultural dentro e fora do circuito universitário, através da MPB, do teatro, cinema e artes plásticas.

No campo do comportamento, os jovens universitários de classe média, já nos anos 60, constituíram-se em vanguarda crítica aos costumes da sociedade conservadora, hierárquica, acelerando o processo de fragmentação. Os movimentos protagonizados por estudantes de todo o mundo, no ano de 1968, amplificaram esse papel. Embora os anos 1970, no Brasil,

tenham começado sob forte repressão às formas de expressão dessa mesma juventude, o afrouxamento das regras de comportamento, com relação à sexualidade, namoro, casamento, já estava em marcha. A contracultura alimentaria o comportamento hedonista, com o incentivo ao “mergulho no mundo interno” individual, em contraposição aos valores coletivistas do plano político.

A liberdade de escolha individual e a busca da felicidade e satisfação se afirmavam como valores que se transformavam em ameaças à Segurança Nacional nos discursos produzidos pela ESG:

“O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoroçada pela concepção hedonista segundo a qual um número um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras votadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais a família atravessa uma crise peculiar a países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade”. ((*Relatório do Grupo do Tema 25 . Campo Psicossocial – A Família. 1975: p.13*)

Reformulação e endurecimento da legislação penal a fim de proteger a família ameaçada, divulgação através dos meios de comunicação existentes de “valores espirituais e morais da nacionalidade”, criação de medidas legislativas que ampliassem a responsabilidade do casal na criação dos filhos e assistência aos ascendentes reforçariam a “indissociabilidade do casamento”, de acordo com as sugestões de medidas a serem adotados no campo psicossocial pelo relatório elaborado em 1975. Uma marca dos trabalhos dessa natureza analisados no acervo da ESG entre os anos de 1969 e 1977 é que embora tragam a preocupação de diagnosticar ou relacionar-se com a realidade presente, mantém algumas

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ideias força presentes como a preocupação na defesa da família e seu lugar como estrutura social fundamental para a garantia da Segurança Nacional.

Embora se discuta os impactos e/ou a influência do pensamento da Escola Superior de Guerra na organização e formulação de políticas durante o período situado entre 1964 e 1985 é inegável a recorrência de discursos semelhantes em outras esferas consideradas fundamentais para a construção da legitimidade política e social do regime civil-militar como a educação, a cultura e a propaganda política. Aprofundar as análises nesse sentido se faz fundamental para o entendimento da ditadura em sua dimensão de mobilização nacional profundamente marcada pelo gênero.

FONTES

DOCTRINA Básica. Rio de Janeiro. ESG, 1979.

MANUAL Básico. Rio de Janeiro. ESG, 1986.

RELATÓRIO do Grupo do Tema 25 . Campo Psicossocial – A Família. Rio de Janeiro, ESG, 1975.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.

_____. O gênero da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte, v.9, n. 14, 2007 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 9-21.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

FICO, Carlos. Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação, Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Coluhbe– Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v.1, 2006, p. 3375-3385.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

KOCH, Ana Maria. Ocidente Cristão em Golbery do Couto e Silva. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil –repressão e pretensão de legitimidade. Londrina: Editora Uel, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).